

Mapeamento Das Questões De Gênero No Curso De Ciências Contábeis Da Universidade Federal Do Sergipe

Mariana Dórea F Pinto

Maria Helena Santana Cruz

RESUMO

Este estudo tem a finalidade de verificar a existência de desigualdade de gênero sob a percepção de mulheres e homens docentes do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Sergipe (UFS), em São Cristóvão. A pesquisa apresenta características qualitativas e quantitativas, visando compreender os fatos de maneira articulada, sem isolá-los do contexto em que se originam. O estudo de caso foi desenvolvido na UFS com um universo de 14 docentes –homens e mulheres –do curso de Ciências Contábeis, por meio de entrevistas semiestruturadas. Como não podemos considerar a mulher sem pensar o homem, analisamos as percepções de ambos os sexos sobre o fenômeno em questão. Os resultados indicam que há formas sutis de discriminação e segregação das mulheres no curso de Ciências Contábeis, exigindo delas esforço adicional para terem o mesmo reconhecimento que os homens.

Palavras chaves: Gênero. Educação. Qualificação. Contabilidade.

ABSTRACT

This study aims to verify the existence of gender inequality in the perception of women and men teachers course in Accounting Sciences from the Federal University of Sergipe (UFS) in St. Kitts. The research presents qualitative and quantitative characteristics, to understand the facts in an articulated manner, without isolating them from the context in which they originate. The case study was developed at the UFS with a universe of 14 teachers -men and women -from Accounting course, through semi-structured interviews. How can we not consider the woman without thinking man, we analyzed the perceptions of both sexes on the phenomenon in question. The results indicate that there are subtle forms of discrimination and

• Universidade
Federal do Sergipe

• Universidade
Federal do Sergipe

segregation of women in the course of Accounting, requiring them additional effort to have the same recognition as men.

Keywords: Gender. Education. Qualification. Accounting

1 INTRODUÇÃO

Nestes últimos anos, foi verificado um aumento progressivo da participação das mulheres no mercado de trabalho da Contabilidade. Segundo dados apontados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) –, a taxa de participação delas passou de 37% em 2008, para 42,13% em 2015. Ainda que isso signifique um avanço importante da inserção feminina no mundo do trabalho, é necessário analisar as dificuldades para entrar nesse mercado e nele permanecer.

Ao considerar os índices educacionais, a escolaridade média da população de 25 anos ou mais aumentou de 6,4 para 7,7 anos de estudo, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014). Entre os 20% de brasileiros dessa faixa etária com renda salarial menor, a melhora no indicador educacional foi mais significativa: esse segmento ampliou de 3,7 para 5,4 o número de anos de estudo. A proporção de pessoas com 25 a 34 anos com ensino superior praticamente dobrou nesse intervalo de nove anos, de 2005 a 2014, passando de 8,1% para 15,2%. No mesmo período, ampliou, também, o acesso à faculdade os estratos de mais baixa renda. Em 2004, apenas 1,4% dos estudantes do ensino superior pertencentes aos 20% mais pobres frequentavam universidades públicas. Em 2013, essa proporção chegou a 7,2%.

Ainda que o nível de escolaridade seja maior e favorável à mulher, não garante a elas igualdade de gênero no mercado de trabalho, apesar da diferença entre o salário feminino e o masculino ter diminuído. Em 2013, para cada R\$ 100,00 que um homem ganhava, as mulheres recebiam R\$ 77,10. No ano passado, esse valor subiu para R\$ 81,40, com um aumento de 5,3%, segundo dados do Dieese (2013).

Mesmo que exista uma maior participação feminina no universo da ciência e na produção do conhecimento, o Informativo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2013) mostra a segregação de gênero em diversas áreas. Os cursos de graduação mais procurados pelo sexo masculino são relativos às áreas das exatas, tais como engenharia, tecnologia, indústria e computação. Nessas áreas, a concentração de homens chega a 79,9%, ou seja, entre os que estão na Ciência da Computação, apenas 20,1% são mulheres.

O mundo do trabalho tem provocado a intensificação de novos arranjos familiares, de novas reivindicações sociais e culturais, da constituição de novas relações entre homens e mulheres, ainda que essas questões se manifestem de imediato, é apenas de forma disfarçada.

Este trabalho foi motivado pelo objetivo de entender as desigualdades de gênero sob as percepções de docentes no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Sergipe, onde as mulheres são a minoria em uma área tradicionalmente caracterizada pela presença masculina. Com isso, buscou-se compreender as relações entre professores e professoras dessa área e as possíveis estratégias acionadas por elas para se afirmarem nesse ambiente masculino. Assim, a entrada de mulheres em certas profissões, antes consideradas “masculinas”, consolida o fato de que essa construção é social e não natural.

2 REFLEXÕES SOBRE GÊNERO, PATRIARCADO E QUALIFICAÇÃO

Os principais motivos que estão levando a mulher ao mercado de trabalho estão, cada vez mais, voltados à necessidade de exercer a vida pública, a fim de obter uma autonomia financeira e de ajudar na renda familiar. Hoje em dia, o mercado de trabalho está restrito, e é comum mulheres assumirem a chefia familiar e as despesas da casa quando seus companheiros perdem seus empregos. As estatísticas informam que as mulheres estão se inserindo muito mais no mercado de trabalho, indo além do típico universo doméstico e familiar, sendo, de fato, a casa e a família não mais seus interesses e afazeres exclusivos. Elas estão presentes e atuantes no ambiente coletivo, no “mundo exterior”, no mercado de trabalho, na comunidade – tudo isso agora lhes pertence. Na verdade, elas saíram de seus “casulos”, já que estes se tornaram insuficientes para seus projetos de vida. As mulheres querem, e estão conquistando, independência e autonomia, estão determinando o seu próprio caminho e seu lugar no mundo, ou seja, o “exterior” não é mais um mundo à parte. A mulher está inserida nessa realidade e, dessa forma, completamente conectada à atualidade.

Lembrando que quando discutimos esse assunto, falamos em relação de gênero no sentido das conotações criadas pela sociedade para designar o homem e a mulher, sendo que a condição do homem é aquela apoiada nos estereótipos, em que cabe ao homem a função de provedor da casa e por isso detentor econômico do lar, enquanto que a mulher deve obediência e arca com as funções de domésticas e cuidado com filhos.

A partir do século XIX, o conceito de identidade de gênero ganhou ênfase e cresceu a preocupação de estabelecer novas normas de conduta e espaços específicos para o homem e para a mulher. Por meio da análise deste conceito, pode-se afirmar que o diferencial entre o homem e a mulher é o ideal feminino da “maternidade”, responsável pela manutenção e a reprodução da vida.

A mulher tem priorizado os relacionamentos estáveis, a segurança financeira e o reconhecimento profissional, em detrimento das antigas questões centrais da sua vida, tais como maternidade, o casamento e o sexo. Como tem sido levada nos últimos anos a procurar um novo entendimento sobre o seu papel social, o que ocorreu de fato foi a incorporação de novos papéis à antiga identidade feminina. Assim, o que vemos na atualidade é o perfil da mulher trabalhadora que tenta consolidar uma carreira profissional conciliada ao papel reprodutivo. Esses acréscimos de atribuições ao gênero feminino acarretaram numa sobrecarga física e psíquica para elas, decorrentes da sua inserção no mundo produtivo.

Para Joan Scott (1995), a categoria gênero surge para ir de encontro ao determinismo biológico existente nas relações entre homem e mulher. Para a autora, gênero define-se por ser um elemento constitutivo de relações fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, sendo o gênero na verdade um primeiro modo de dar significados às relações de poder. Percebe-se que tal categoria representa o conjunto de identidades, papéis e estereótipos construídos ao longo da história. Sendo assim, gênero é aqui considerado como um fenômeno histórico e social, ou seja, construído pela própria sociedade e em ampla articulação com o desenvolvimento e reprodução da sociedade, que expressa “modos de ser”, ou seja, expressa o padrão de organização de determinada sociedade.

Desse modo, permite a análise dos diferentes lugares de poder que mulheres e homens ocupam no mundo do trabalho, e que devem ser identificados para compreender como o trabalho repercute de forma diferenciada na construção das identidades, de acordo com o sexo. Identidade e diferença não são condições essenciais aos gêneros ou às culturas, não sendo possível reduzi-las a algo fixo, estável, único, definitivo ou homogêneo. Elas só podem ser percebidas como construção, efeito, processo de produção e ato performativo.

O campo dos estudos de gênero tem a finalidade de buscar teorias interdisciplinares do questionar a “construção das diferenças e da igualdade, da universalidade e da particularidade” (SOUZA, 2007), ao inserir nas novas dimensões de tempo e espaço modernos, ao discutir as noções estabelecidas, ao possibilitar que

novas categorias de análise aflorem ou recebam outra ênfase como, por exemplo, a família e o trabalho.

Dessa forma, gênero contribui para compreender as imagens construídas socialmente, caracterizadas por mitos, preconceitos, estereótipos, elementos que estruturam a divisão sexual e a organização do processo de trabalho, causando, na maior parte, as oportunidades e a forma de inserção de homens e mulheres no mundo do trabalho. Propaga a forma como cada cultura aborda as diferenças sociais entre os sexos, configurando imagens e identidades masculina e feminina.

Tomando por base Scott (1995), que define gênero como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos, ou nas diferenças percebidas entre os sexos, entende-se que as mulheres e os homens são tratados de modo diferente desde o seu nascimento, em consequência do sexo biológico. O meio social fornece e imprime significados diferentes para o comportamento de mulheres e homens que vão sendo inseridos e assumidos como naturais e pertencentes a um outro. Gênero, define Scott (1995, p. 4), “é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”.

O caráter da diferença atribuído às mulheres se situa especialmente no campo representacional e, por conseguinte, a divisão sexual do trabalho é um processo que não se limita a indicar o lugar de homens e mulheres nas estruturas ocupacionais, perfis de qualificação e tipos de postos de trabalho. A qualificação, por exemplo, é uma construção social fortemente sexuada e o sistema de sexo/gênero é uma dimensão fundamental do processo de construção de categorias que estruturam a definição de postos de trabalho e de perfis de qualificação e de competências a eles associados.

Sob uma perspectiva de gênero, ainda segundo Cruz (2005), é na análise das qualificações sociais ou tácitas que se pode perceber como as habilidades adquiridas pelas mulheres, nas esferas da reprodução combinadas aos saberes formais/explicitos, são, posteriormente, apropriadas pela sociedade capitalista, possibilitando a intensificação da produtividade e da criação de excedente. Desse modo, a discussão da questão feminina, frequentemente naturalizada, em especial no que se refere ao trabalho, passa pela compreensão das construções sociais que configuram as diferenças de gênero, das construções sociais das qualificações, das capacidades inscritas nos corpos, vistos como aptos para algumas tarefas, inaptos para outras. “Tal como a esfera doméstica e familiar da reprodução, as qualificações e o saber/fazer que lhe são inerentes, são construções, o que se estende à

identificação entre os lugares e saberes femininos e masculinos como natureza e cultura, corpo e razão” (CRUZ, 2005, p.103).

A abordagem das qualificações sociais femininas permite que o pesquisador conheça os processos coletivos de construção de qualificações e qualidades de gênero, permite questionar ideologias, ressaltar os aspectos culturais e os processos de socialização que fortalecem o sistema patriarcal e estruturam as identidades diferenciadas, de acordo com os gêneros.

Parece ser possível afirmar que a qualificação – aqui claramente entendida como relação social –, exerce uma função especialmente importante na formação e transformação cultural, atendendo aos interesses do capital, pois é o mercado de trabalho capitalista quem define as tendências e os requisitos dessa qualificação. A qualificação passa, então, por transformações que vão desde a formação educacional, complementando-se pelo próprio trabalho e nas diversas instâncias culturais da sociedade, impregnadas pela ideologia do capital.

Ainda assim, para aqueles setores mais desenvolvidos do ponto de vista técnico científico observamos novas práticas de gestão como: a valorização dos altos níveis de escolaridade nas normas de contratação; valorização da mobilidade e do acompanhamento individualizado da carreira; novos critérios de avaliação que valorizam as competências; estímulo à formação contínua e a desvalorização de antigos sistemas de hierarquização e classificação, ligando a carreira ao desempenho e à formação.

Isso significa que não se pode analisar o uso da formação de trabalho de mulheres, deve-se considerá-lo não somente do ponto de vista da lógica do capital, mas também do ponto de vista dos processos de dominação social, política e ideológica. Os processos de mudança cultural são muito lentos.

Tendo em vista esse contexto, no espaço e tempo desta pesquisa, evidenciar-se-á que a subordinação feminina e a divisão sexual do trabalho parecem ser duas faces da mesma moeda.

O patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação que tem sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Patriarcado traz implícita a noção de relações hierarquizadas entre seres com

poderes desiguais (SAFFIOTI, 2001). É ele que traz as ferramentas explicativas para as desigualdades. As diferenças sexuais, presentes no ser macho ou fêmea, são transformadas em subordinação histórica das mulheres. “Gênero é um empreendimento realizado pela sociedade para transformar o ser macho ou fêmea em homem ou mulher” (LIMA JUNIOR, 2001. p. 1).

Para compreender relações de gênero é necessário, sempre, levar em consideração o período histórico que está sendo estudado. É provável encontrar concepções diferenciadas de relações de gênero, alterando-se apenas a periodicidade. Em quase todas as sociedades humanas, gênero é elaborado de forma hierarquizada, ou seja, dando maior poder aos homens. Dessa forma, os sistemas de gênero conhecidos por nós são também sistemas que organizam relações de poder nas sociedades humanas, na estrutura e no funcionamento das instituições como o Estado, a Escola, a Igreja e os Partidos Políticos.

Analisando como se estabelecem as relações entre homens e mulheres, é possível mostrar como as desigualdades são construídas historicamente numa relação de exploração-dominação e privilégio dos homens em detrimento das mulheres. Isso quer dizer que os valores e ideias existentes na sociedade estabelecem uma hierarquia de poder entre os sexos.

Essa naturalização dos processos socioculturais legitima a discriminação da mulher, do negro, do pobre e do homossexual, e constitui o caminho mais fácil e curto para ratificar a “superioridade” dos homens, assim como a dos brancos, a dos ricos e a dos heterossexuais (SAFFIOTI, 1987).

Desse modo, fica evidente que a causa da baixa participação feminina nos espaços públicos, na gerência de grandes corporações, entre os grandes cientistas e grandes artistas é socialmente construída e não faz parte da natureza da mulher.

Todas as categorias sociais discriminadas, de tanto ouvirem que são inferiores, passam a acreditar em sua própria “inferioridade”. É comum encontrarmos negros, pobres e mulheres acreditando que, de fato, são menos capazes.

Autoras como Rowbotham (1984), Lobo (1992) e Castro e Lavinias (1992) criticam o uso do termo patriarcado, preferem o conceito de gênero em detrimento do de patriarcado, já que este último “impossibilita pensar a mudança, pois cristaliza a dominação masculina. Condena a mulher ‘ad eterna’ a ser um objeto, incorrendo, pois, paradoxalmente, no mesmo movimento que as articuladoras do conceito querem denunciar” (MACHADO, 2012, p. 5). Gênero admite relações sociais

simbólicas, sem causar mecanicamente uma situação. A metamorfose do trabalho, com a inclusão das mulheres nesse campo, só pode ser explicada partindo da categoria. A possibilidade de mudança, mesmo com dificuldades, só é possível na ótica da categoria gênero.

As relações de gênero são construídas socialmente e, passíveis de modificação, abrem espaço para as lutas em busca de maior igualdade entre homens e mulheres. Scott defende que a categoria de gênero:

repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições articuladas entre si: a) o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos; b) o gênero é uma forma básica de representar as relações de poder (SCOTT, 1990, p.42).

Nesse sentido, entendemos que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis. Sob esse prisma, o gênero se constitui de quatro elementos:

1) os “símbolos culturais” colocados à disposição das pessoas, símbolos esses, que evocam representações simbólicas múltiplas (e frequentemente contraditórias); 2) os “conceitos normativos”, que expressam a interpretação dos símbolos e determinam significados dominantes para esses símbolos. A religião, a educação, a ciência, e a política expressam esses conceitos na forma típica de oposição dualista, categorizando o masculino e feminino; 3) os complexos institucionais nos quais tais símbolos são enunciados, fazendo referência às instituições e à organização social; 4) e, finalmente, a maneira como os símbolos, normas e instituições estão envolvidos na construção subjetiva da identidade de gênero. Ademais, na interação social, a ênfase nos papéis sociais, necessariamente não exclui “os homens (CRUZ, 2005, p. 46).

Segundo Butler (2012, p. 12), “o conceito de gênero exige um conjunto interdisciplinar e pós-disciplinar de discursos, com vistas a resistir à domesticação acadêmica dos estudos sobre o gênero ou dos discursos sobre as mulheres, e de radicalizar a noção crítica feminina”. Sendo assim, Louro (1997) e Butler (2012) aproximam-se dos conceitos foucaultianos ao definir o gênero, não apenas como uma construção social, mas, sobretudo, como um discurso, e discursos que formulam “verdades”, sempre baseados numa relação de poder, sendo dessa forma que o conceito de gênero é produzido. Desse modo, o corpo, o gênero e, também, a sexualidade são construções históricas, culturais e sociais, não sendo apenas uma questão pessoal, mas “social e política” (LOURO, 2000, p. 10).

3 BREVE HISTÓRICO SOBRE A CONTABILIDADE E O CURSO DE

CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM SERGIPE

No Brasil, durante o pós-guerra, tivemos um processo de desenvolvimento predominantemente voltado para o mercado interno, com caráter excludente e fortemente concentrador, sendo somente no início da década de 90 que, em função da abertura comercial e da adoção de uma política industrial voltada para a ampliação da capacidade de inovação, o setor secundário da economia passa a apresentar um perfil de reestruturação mais nítido. Portanto, temos características diferentes do nosso modelo de desenvolvimento, principalmente por tratar-se de uma economia periférica.

Como conhecimento de natureza social, a Contabilidade se movimenta com a sociedade e busca ajustar-se às suas necessidades. Isso explica porque há algumas décadas muitas práticas contábeis adotadas atualmente seriam inconcebíveis e nos permitem inferir que cada vez mais serão exigidos aprimoramentos no processo de comunicação dos eventos que afetam o patrimônio.

Examinando a trajetória da Contabilidade, observa-se que, de fato, ela tende a refletir as características do ambiente socioeconômico em que está inserida. Com o advento da Revolução Industrial, o conhecimento contábil sofreu um grande impulso, na medida em que as organizações passaram a requerer informações mais sofisticadas para apoiar seus sistemas gerenciais. A expansão da demanda começou a exigir aporte de capital externo e, conseqüentemente, a geração de relatórios contábeis voltados para novos agentes interessados em conhecer a situação financeira das empresas. A partir de então, a Contabilidade passou a contribuir de forma mais incisiva para a democratização das informações econômicas, fornecendo dados para subsidiar decisões de instituições financeiras, acionistas, fornecedores, governo, etc.

No Brasil, a evolução da Contabilidade também está relacionada ao desenvolvimento socioeconômico, tendo como marco inicial um alvará expedido por D. João VI, em 1808, por meio do qual determinou-se que as contas da “Fazenda Real” fossem escrituradas de acordo com o método das partidas dobradas. Há quem considere, porém, que o primeiro referencial histórico é a organização da Contabilidade Pública realizada por volta de 1830. O fato é que até a primeira metade de 1830, os conhecimentos contábeis mantiveram-se vinculados à doutrina italiana, sem muita motivação para evoluir em conceitos e construir sistemas de informações mais adequados às necessidades dos usuários. Porém, com o início do desenvolvimento industrial e a chegada de investimentos estrangeiros, a

Contabilidade começou a se modernizar, sobretudo em função da influência de contadores oriundos da Inglaterra e dos Estados Unidos, que foram contratados pelas multinacionais para elaborar relatórios contábeis de acordo com as regras adotadas nas respectivas matrizes.

Contudo, o evento de maior significado para o aprimoramento das práticas contábeis foi a edição da Lei 6.404, em 1976, que se destacou por incorporar muitos princípios de boa qualidade, contribuindo sobremaneira para ampliar o potencial informativo das demonstrações contábeis. Neste mesmo ano, foi criada a Comissão de Valores Mobiliários – CVM –, com o objetivo de regulamentar e fiscalizar as atividades do mercado de valores mobiliários. Esse órgão tem oferecido contribuição muito valiosa à evidenciação contábil no país, tanto pelo exercício de suas funções fiscalizadoras, como também pela emissão de instruções técnicas que visam a adequar os procedimentos contábeis às necessidades impostas pela conjuntura socioeconômica. Por fim, registre-se que a legislação tributária também tem influenciado o desenvolvimento da Contabilidade, ora estimulando procedimentos aderentes aos princípios contábeis, ora inibindo, mas sempre reconhecendo sua importância como instrumento de apoio aos objetivos do Erário.

Por fim, procurou-se facilitar a compreensão do atual estágio de evolução do conhecimento contábil e estabelecer um elo com futuros cenários. Esse breve histórico procurou demonstrar que a Contabilidade vem acompanhando os passos da humanidade movida por vetores socioeconômicos, políticos e culturais. Por ser uma ciência social, a Contabilidade sofre influências do meio em que opera e deve ser adaptada ao contexto das mudanças sociais, políticas e econômicas, sem prejudicar seu propósito, que é o de atender bem a todos os vários usuários da informação contábil.

Podemos então afirmar que a Contabilidade é uma ciência que visa estudar, controlar e revelar o real estado do patrimônio e que a sua função não se alterou ao longo do tempo, mas que as maneiras de informações que os usuários da contabilidade têm procurado evoluem substancialmente.

Vários são os fatores que, conjuntamente e em interação, contribuíram para a construção dessa realidade do trabalho. Entre eles, a globalização econômica e a disseminação das inovações tecnológicas e organizacionais; as transformações no papel dos estados; a disseminação do individualismo como valor nas sociedades contemporâneas; e o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho.

Tendo em vista o sistema educacional implantado no Brasil desde sua

descoberta, vê-se como era difícil encontrar o chamado guarda-livros, cuja tarefa consistia em escriturar a contabilidade das empresas. A finalidade da educação era a catequese dos índios, para sua conversão ao cristianismo e domesticação para o trabalho escravo. A seguir, com a expulsão dos jesuítas, nem isso havia como educação; restaram ações isoladas, junto às casas-grandes das fazendas, que tentavam ensinar a ler e a escrever,. Mulheres se dedicavam a essa tarefa, além de alguns padres seculares, que continuaram seus ensinamentos nos conventos ou igrejas sob sua responsabilidade.

Apenas em 1871, com o início das aulas no colégio Atheneu Sergipense, e após o regulamento de 24 de outubro de 1870, do Presidente Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior, é que a educação teve uma reforma que causou transformações significativas para o ensino de Contabilidade no estado. O Presidente Cândido da Cunha Leitão, por ato de 10 de junho de 1871, criou cursos noturnos que funcionaram anexos ao Atheneu e que “compreendiam o ensino de gramática nacional, língua francesa, comércio e escrituração mercantil, desenho linear e primeiras letras” (NUNES, 1984, p.118).

Essa reforma se coloca justamente após a vigência do Código Civil brasileiro de 1850, que previa a obrigatoriedade da manutenção da escrituração contábil, o que deu um impulso para o ensino de Contabilidade em Sergipe. As constantes mudanças de Presidente da província, e a ideia de que a educação básica e secundária deveria preparar para os exames que dariam acesso ao ensino superior, fizeram com que diversas legislações, nos diversos governos, retirassem e recolocassem o ensino de Contabilidade no programa do Atheneu Sergipense.

Faz mais de 50 anos que o Curso de Ciências Contábeis foi instituído, em 1956, sob a diretriz da antiga Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe – instituição mantida pelo governo do estado de Sergipe, que enfrentou severas dificuldades com o reduzido número de profissionais da área com formação superior, com habilidades para ministrar aulas a fim de dar seguimento ao Curso.

Em 1968, houve a incorporação da Faculdade de Ciências Econômicas com a instituição da Universidade Federal de Sergipe, agregando o quadro funcional e de professores, por meio da Portaria nº 117, de 16 de dezembro de 1968, assinada pelo Magnífico Reitor, Dr. João Cardoso Nascimento Júnior. Fato que revigorou o funcionamento do Curso de Ciências Contábeis, cujo primeiro vestibular veio a ocorrer no ano de 1971. A partir daí seu funcionamento passou a ser regular e ininterrupto.

O Departamento de Ciências Contábeis passou a ter personalidade própria, a partir de 9 de janeiro de 1990, por meio da Resolução nº 01/90/CONSU, pela qual o Conselho Universitário autorizou a formação de Departamentos para o funcionamento dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis.

O Curso Superior de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Sergipe foi estruturado com o objetivo de oferecer aprendizado na área da Contabilidade e de formar bacharel em Ciências Contábeis para atuar nas áreas de auditoria, perícia contábil, assessoria contábil, consultoria empresarial e pública. Formando profissionais competentes voltados à interação com um conjunto variado de temas e habilitados para atuar em empresas públicas e privadas, organizações com e sem fins lucrativos e como profissional liberal.

De acordo com a Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro 2004, do Conselho Nacional de Educação, da Câmara de Educação Superior, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, quanto as competências e habilidades, os bacharéis em Ciências Contabilistas deverão ser capazes de:

- utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem próprias das Ciências Contábeis e Atuariais;
- demonstrar uma visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- exercer suas funções com expressivo domínio das funções contábeis e atuariais que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento da sua responsabilidade, quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas da sua gestão perante a sociedade. Gerar, também, informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
- desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial;
- exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais (CES/CNE 10/2004).

O curso, atualmente, conta com um corpo docente de 14 profissionais (sendo 05 mulheres e 09 homens), 02 técnicos administrativos do sexo masculino, e uma bolsista. Temos 577 alunos, sendo 42% de mulheres e 58% de homens. Anualmente entram 100 alunos.

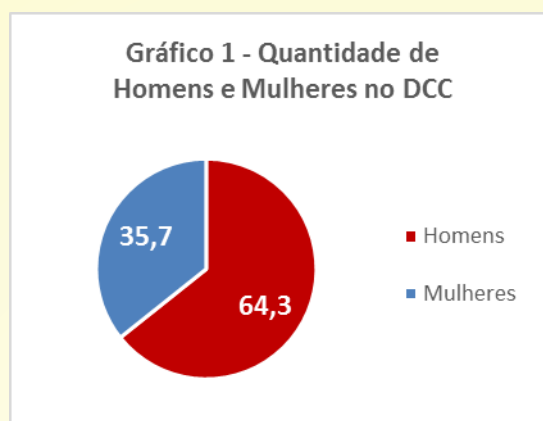
É importante registrar que o curso de Contábeis da UFS vem obtendo conceito “B” nas avaliações da qualidade do processo de formação, conforme dados divulgados em 2008, pelo INEP. A estrutura do currículo do curso de Ciências Contábeis é gerenciada dentro de fundamentos e pressupostos de uma educação de qualidade, com o propósito de formar um profissional ético, que atenda às necessidades do mercado de trabalho, e um cidadão comprometido com a sociedade em que vive.

Para tanto, a formação desses profissionais demandará uma maior atenção para assegurar o mínimo necessário ao cumprimento de suas funções. Perante o prazo atual dos cursos superiores, torna-se difícil atingir tal objetivo, sendo imprescindível uma formação complementar, advinda de cursos de pós-graduação, extensão, treinamentos, publicações, intercâmbios, congressos, encontros, seminários, internet, etc.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Metodologicamente, realizou-se um estudo exploratório de natureza qualitativa com a utilização de entrevistas semiestruturadas em profundidade, com 14 docentes do curso de Ciências Contábeis da UFS/São Cristóvão. A coleta de dados foi realizada com a distribuição de questionários enviados por e-mail a todos(as) docentes do departamento do curso de Contabilidade da UFS/São Cristóvão. Todos os(as) docentes são bacharéis em Ciências Contábeis, registrados (as) junto ao CRC, com mais de 10 anos de profissão.

O universo da pesquisa é composto por 14 professores do departamento de Ciências Contábeis, sendo 5 docentes do sexo feminino e 9 do sexo masculino, conforme Gráfico 1. Os(as) entrevistados(as) possuem faixa etária entre 29 a 63 anos. O período dessa coleta de dados deu-se em julho do ano de 2015 e os(as) entrevistados(as) não tiveram seus nomes identificados com a finalidade de garantir o anonimato.



Fonte: Resultado da pesquisa

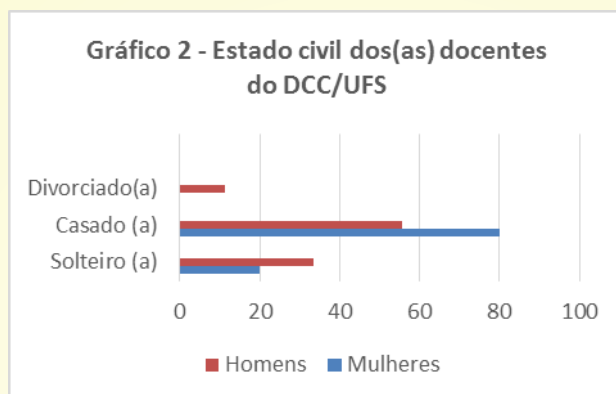
O número predominante de homens no curso deve-se ao fato da reprodução ideológica de valores e estereótipos sobre papéis e profissões adequadas a homens e mulheres na sociedade. Por mais que as mulheres tenham entrado de vez no mercado de trabalho e estejam muito bem, na escala hierárquica dos postos decisivos a predominância ainda é dos homens. Ademais, conquistar espaço não é sinônimo de ter igualdade: as mulheres fazem dupla jornada e ainda ganham menos que os homens quando exercem a mesma função e, sobretudo, ainda são preteridas na hora da promoção aos cargos de maior poder e prestígio.

Em relação à titulação, 72% possuem especialização e 28% possuem mestrado. Todas as docentes mulheres possuem mestrado. Corroborando com essa pesquisa, a fala de Freitas (2007, p. 20) nos ajuda a entender esse quadro. Segundo a autora, nos últimos anos, verificou-se um aumento da escolaridade das trabalhadoras, sendo que a população feminina chegou a superar o grau de instrução da masculina.

Quanto ao tempo de trabalho, três entrevistadas exercem suas atividades de docência a um período inferior a dez anos na instituição pesquisada, as outras duas entrevistadas distribuem-se, uniformemente, no período compreendido entre 10 e 30 anos de dedicação às atividades de docência. Ressalta-se que 60% das entrevistadas estão em regime de dedicação exclusiva e 40% estão em regime de 40h, podendo (e tem) exercer outro tipo de atividade econômica. Em relação aos entrevistados 67% estão em regime de 40 horas e possuem outra atividade econômica.

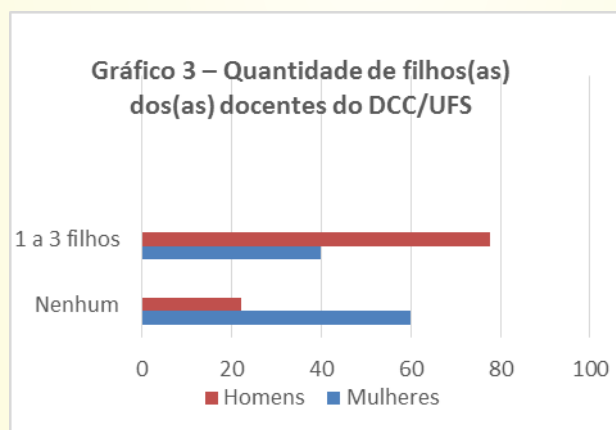
Em relação ao estado civil, 80% são casadas, e as outras 20% são solteiras, gráfico 2, quanto à quantidade de filhos, 60% das mulheres não têm filhos. Com isso, percebe-se que apesar de serem casadas não têm interesse em ter filhos, pois algumas justificaram que os filhos atrapalhariam o seu crescimento profissional. Elas acreditam que o fato de exercerem diversas funções (mãe e profissional) gera uma

concorrência desigual no mercado de trabalho. Uma entrevistada (E3) argumentou que “seria um fardo”!



Fonte: Resultado da pesquisa

Já a situação dos homens é totalmente oposta. Dos entrevistados, 55,5% são casados, mas 80% têm filhos, gráfico 3. São provedores de suas famílias, mas são suas mulheres que tomam conta dos filhos. Os dados revelam que, entre as várias mudanças que permeiam o universo feminino, além das alterações de ordem econômica, social e cultural, houve, ainda, queda nas taxas de fecundidade.



Fonte: Resultado da pesquisa

Ao serem questionados(as) sobre o espaço que a mulher está adquirindo no mercado de trabalho, foi obtida uma única resposta: todos(as) acreditam que a mulher tem conquistado cada dia mais seu espaço na Contabilidade. Todos(as) os(as) entrevistados(as) também disseram que não visualizam, atualmente, nenhum tipo de dificuldade para as mulheres no mercado de trabalho. Para as docentes entrevistadas a dificuldade tem sido de conciliar o tempo entre família, emprego e cuidados

peçoais. Como a E5 argumentou: “Acredito que, nós mulheres, temos nossos interesses. Desta maneira, participamos conforme nossos interesses, em relação à família e trabalho.”

Nunca senti uma desigualdade de gênero no curso. Na minha turma se formaram 50% homens e 50% mulheres e pelo que tenho acompanhado, todas mulheres (que foram minhas alunas) estão no mercado de trabalho da contabilidade. Agora na minha época de estudante, não tinha nem 15% de alunas! E11

Podemos perceber nas respostas que as entrevistadas tiveram de aprender a equilibrar os problemas domésticos e as necessidades profissionais. Somente duas das mulheres entrevistadas possuem filhos. Com sua inserção no mercado de trabalho, a mulher assumiu múltiplos papéis. Dessa forma, temos que o desdobramento dos novos papéis da mulher teve como consequência uma sobrecarga de funções, uma vez que ela foi levada a “triplas” longas jornadas de trabalho (tarefas dentro e fora do espaço privado).

Desde o surgimento do curso em 1991, somente em 2013 que o cargo de chefia do departamento do curso pesquisado foi ocupado por uma mulher, tendo sido, anteriormente, ocupado por 5 docentes do sexo masculino. No entanto, a docente não conseguiu terminar o seu mandato, porque conseguiu passar no doutorado e ficou sem condições de conciliar o tempo entre ser mãe, esposa, profissional e estudante. Essa jornada de estudante “requer o máximo de dedicação e paciência”, como disse a entrevistada E1. A análise do posto da chefia entre os/as entrevistado(a)s permite constatar que, independentemente da faixa etária, os homens sempre estão em maioria em relação às mulheres. Como podemos observar, é na estrutura hierárquica que se notam melhor as marcas da discriminação sexual do trabalho sob o impacto de uma barreira de poder.

A inserção das mulheres no trabalho com a contabilidade sempre foi dificultada, seja pelo preconceito que a área impõe às mulheres, seja por elas próprias que, às vezes, se colocam como inferiores aos homens para o cumprimento de determinada função.

As mulheres não foram imaginadas como integrantes da história de criação que envolve a Contabilidade. Sempre foi uma área vista tradicionalmente dominada por homens. A esse respeito, as representações ainda revelam resquícios de uma sociedade patriarcal¹ – o patriarcado é definido como um sistema sexual de poder no qual os homens possuem poder e privilégio econômico e controle sobre o corpo das

¹ O “Patriarcado” refere-se a uma forma de poder político, mas, apesar de os teóricos políticos terem gastado muito tempo discutindo a respeito da legitimidade e dos fundamentos de formas de poder político, o modelo patriarcal foi quase totalmente ignorado no século XX.

mulheres através de diversas manifestações” (CRUZ, 2005, p. 39). Essa estrutura tem ressurgido com o desenvolvimento do capitalismo. “O. A discussão em relação ao sistema do patriarcado recorre fortemente à dominação masculina, às diferenças de papéis femininos e masculinos, às relações de poder, principalmente quando se fala em trabalho e qualificação.

Com as nossas coletas de dados, concordamos com Cruz (2005) quando afirma que se privilegiam os homens mais presentes nas ocupações de maior prestígio social, nos quais se encontram em cargos de comando. Cruz também concorda que há exclusão das mulheres nos setores profissionais e de carreiras que comportam um poder técnico decisório, produção do saber, gestão da economia e poder político.

Em relação à questão salarial, não há diferenças no curso analisado. No entanto, os homens pesquisados recebem salários maiores por possuírem outras rendas. Segundo Luiza Carvalho, diretora da ONU *Mujeres*, as mulheres ainda recebem salários inferiores aos dos homens, pelo menos 30% a menos que os homens.

A opinião dos(as) entrevistados(as), ao serem questionados(a)s sobre se há desigualdade de gênero no departamento do curso de Ciências Contábeis, foi unânime a resposta “nunca presenciei”. No entanto, algumas mulheres (20%) afirmam que em sala de aula notam diferenças. Uma das entrevistadas informou que precisa se destacar por sua competência, organização e empenho, buscando constantemente novos conhecimentos.

Apesar das mulheres não reconhecerem a desigualdade de gênero em seu ambiente profissional, as discriminações contra a mulher ainda existem e precisam ser conhecidas como forma de quebrar barreiras naturalizadas pela herança patriarcal, as quais dificultam ou mesmo impedem a concretização dos seus direitos.

No exercício da docência, as relações de gênero permeiam as relações entre homens e mulheres que trabalham em uma mesma instituição em um mesmo departamento. Ainda em número reduzido, a entrada de mulheres na Contabilidade provocou modificações nas relações sociais dentro das instituições. Como pertencente a uma categoria de análise histórica com aspecto relacional, qualquer estudo que envolva gênero não pode ser conduzido separadamente, pois designa relações sociais entre sexos, estando aí inclusos construções culturais, aspectos estruturais e ideológicos em torno de tais relações. Um professor entrevistado (E11) informou que na época de estudante somente existiu 20% de mulheres em sala, isso

há vinte anos atrás. Hoje esse percentual aumentou para 35%.

Foram consideradas as percepções de ambos os sexos sobre o fenômeno, uma vez que, não se pode pensar na história das mulheres sem considerar os homens. Os resultados indicam que há formas sutis de discriminação e segregação das mulheres na área, exigindo delas esforço adicional para terem o mesmo reconhecimento que os homens.

A tolerância e a passividade com que elas lidam com essa situação revelam o quanto, mesmo inconscientemente, já estão adaptadas. Refletir sobre o ponto de vista das mulheres é essencial em estudos como este, de maneira que as diversas situações de desigualdade, ainda impostas pelo sexo, sejam desvendadas. Comprovações como essas precisam ser reveladas, a fim de que seja conhecida, em cada área específica, a forma como a divisão sexual do trabalho se apresenta e provoquem soluções para a mudança dessas questões de gênero.

5 APRECIÇÕES FINAIS

A maior participação das mulheres na atividade econômica e o consequente crescimento da importância relativa dos rendimentos femininos têm estimulado estudos que evidenciam a posição desfavorável das mulheres no mercado de trabalho, seja pela segregação aos postos de trabalho de pior qualidade, seja pela discriminação salarial sofrida por elas, o que afetaria negativamente o bem-estar tanto das próprias mulheres quanto o de suas famílias (LAVINAS, 1997).

O texto apresentou reflexões sobre o conceito de gênero nas últimas décadas, tanto no campo acadêmico quanto no dos projetos de desenvolvimento social e econômico, e a percepção desses conceitos por parte dos(as) docentes do curso de Ciências Contábeis da UFS. Por meio de uma discussão acerca dos limites e possibilidades de cada abordagem, o texto convidou a leitora e o leitor para uma utilização crítica do conceito de gênero, especialmente para a análise e a intervenção sobre questões que envolvem as relações de gênero no mundo do trabalho, com ênfase na Contabilidade.

A ideia do artigo foi mostrar que o impacto de mudanças no mundo do trabalho só pode ser percebido (e tratado) adequadamente em uma perspectiva de gênero, caso se dê atenção não apenas à posição das mulheres dentro de relações de trabalho, no mercado formal ou informal, mas se observe igualmente o impacto que essas posições trazem para a forma como homens e mulheres operam relações de

gênero no seu cotidiano, a partir de uma referência vivida no mundo do trabalho.

Percebe-se que as diferenças entre homens e mulheres são históricas, mas que há um despertar da mulher quando ela tem oportunidades, especialmente aquelas que têm acesso à educação formal. De fato, a mulher está consciente de que a inserção e progressão feminina no mercado de trabalho são muito mais complexas do que a do homem, pois, ainda hoje, elas enfrentam grandes obstáculos, mesmo com maior e melhor nível de qualificação em relação ao profissional masculino com a mesma formação, sofrendo preconceitos e dificuldades na conquista de cargos e ascensão profissional, entre outros.

A luta contra os estereótipos e os processos discriminatórios, assim como a defesa da igualdade de oportunidades e o respeito às diferenças não é um caminho simples, uma vez que os mesmos argumentos desenvolvidos para defender relações mais justas, dependendo da conjuntura e do jogo político em que se inserem, podem ser “re-significadas” para validar processos de sujeição e exclusão.

No entanto, concluímos que ainda há um longo caminho a ser percorrido que, necessariamente, primeiro passa pela tentativa de harmonização dos diversos direitos no âmbito dos países, seguindo para suas comunidades, chegando a um conjunto mínimo de direitos humanos que possa ser aceito por todos os estados do globo. Só após essa fase de harmonização é que entendemos ser possível avançar, cada vez mais, na busca da maior proteção do ser humano como indivíduo. O segundo passo será garantir a efetividade dos direitos globalmente reconhecidos.

REFERÊNCIAS

BRUSCHINI, Cristina; PUPPIN, Andrea Brandão. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n.121, jan./abr. 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CASTRO, Mary; LAVINAS, Lena. Do Feminino ao Gênero: a Construção de um Objeto. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de gênero**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas e Editora Rosa dos Tempos, 1992.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Trabalho, gênero, cidadania: tradição e modernidade**. São Cristóvão: Edição UFS, Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução de Vera

Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 149.

FREITAS, T.V. **O cenário atual da divisão sexual do trabalho**. São Paulo: SOF, 2007.

LAVINAS, L. Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete? **Dados**, v. 40, n. 1, 1997.

LEITE, C. L. de P. **Mulheres: muito além do teto de vidro**. São Paulo: Atlas, 1994.

LEITE, Carlos Eduardo Barros. **A evolução das ciências contábeis no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LOBO, Elisabeth. O Trabalho como Linguagem: o Gênero do Trabalho. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (Org.), **Uma questão de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas e Editora Rosa dos Tempos, 1992.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Portugal: Porto Editora, 2000.

LIMA JUNIOR, Luiz Pereira de. Gênero e educação. *Conc. João Pessoa*, v.4, n 6, p.1- 80. jul./dez.2001. Disponível em:
<http://www.adufpbjp.com.br/publica/conceitos/6/art_01.PDF.> Acesso em: 09 jun. 2015.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** Brasília: Universidade de Brasília, 2012.
<www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/MACHADO_GeneroPatriarcado2000.pdf.> Acesso em: 30 abr. 2015.

NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. Sergipe: Editora Paz e Terra, 1984. (Coleção Educação e Comunicação) v. 13.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2002.

ROWBOTHAM, Sheila. **Lo malo del patriarcado**. In: SAMUEL, R. (Ed.) *Historia popular y teoria socialista* Barcelona: Crítica, 1984. p. 248-256.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001. 151 p. (Coleção Brasil urgente).

SCOTT, Joan. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1995.

SOUZA, Silmere Alves de. Atitude investigativa: procedimentos qualificador da formação e atuação do Assistente Social numa perspectiva crítico-dialética. São

Cristóvão, UFS, 2007. Disponível em:
<http://bdtd.ufs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=58>. Acesso em: 30 abr.
2015.

SPINDOLA, Thelma; SANTOS, Rosângela da Silva. Mulher e Trabalho: A História de Vida de Mães Trabalhadoras de Enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 11, n. 5, p. 593-600, set./out. 2003.